

**A RELEVÂNCIA DA LINGUAGEM
DA LITERATURA BRASILEIRA
EM CONTEXTOS DE INCLUSÃO SOCIAL**

Maria Teresa Gonçalves Pereira (UERJ)

mtgpereira@yahoo.com.br

Marcos Rogério Ribeiro Ponciano (UERJ)

ponciano@uol.com.br

RESUMO

A literatura brasileira pode servir como instrumento de inclusão social. Nosso *corpus* é o ensino de língua materna referido à Educação de Jovens e Adultos e ao vestibular. Na EJA, a literatura brasileira aproxima os alunos da sua terra e do seu povo, dos seus problemas, dos seus conflitos e das suas potencialidades. Ao se apropriarem de textos em poesia e prosa, incluem-se na sociedade, como sujeitos de ações transformadoras, resgatando a auto-estima. É fundamental também que reflitam no passado e no futuro por meio de escritores que constroem a história das letras no Brasil. Por outro lado, a literatura no contexto do vestibular também é fator de inserção social. Ao deslocar a apreensão do campo literário de meros estilos de época para a compreensão da literatura em seu contexto de produção, exige da sociedade uma formação crítica para a leitura, possibilitando ao egresso do ensino médio a imersão em uma cultura que lhe diz respeito e faz parte de sua história e identidade.

Palavras-chave: linguagem – literatura brasileira – ensino – inclusão social

Na escola encontramos os alunos das experiências da EJA cuja vida é ponto de partida para se pensar tempo, espaço, afirmação, avaliação e, principalmente, o diálogo com o conhecimento construído. As experiências de vidas desses alunos produzem saberes que devem ser apropriados pelos próprios alunos e pelas escolas, assim como pelos professores. São sujeitos que se constituem por manifestações culturais, estéticas e corporais – marcas de preferências musicais, de moda, religiosidades, sexualidades, paternidade e/ou maternidade em jovens e adultos.¹⁹

¹⁹ Todos sabemos que a forma não marcada de gênero não indica necessariamente o masculino, mas, exatamente, a indiferença ou indistinção em relação ao aspecto genérico. [Nota do Editor]

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Pretender uma escola que considere esses marcadores, admitindo tamanha diversificação, revela-se tarefa hercúlea. Primeiramente é preciso tratá-los como são, como se apresentam, conhecê-los, amadurecer o diálogo, escutá-los, deixá-los expressar não só a voz, mas o corpo, a mente, em diferentes linguagens, os tempos e os espaços que trazem para a escola, produzindo da diversidade matéria-prima para a organização das relações pedagógicas.

Educar jovens e adultos não se restringe a tratar de conteúdos intelectuais, mas implica lidar com valores, com formas de respeitar e reconhecer os diferentes e os iguais.

A Educação de Jovens e Adultos do Santo Inácio, no Rio de Janeiro – colégio escolhido para desenvolver o Projeto –, se iniciou há 35 anos, materializando uma vertente da Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social.

O Curso Noturno atende a operários da construção civil, comerciários, porteiros, empregados domésticos, cabeleireiros, manicures, donas de casa, trabalhadores de modo geral.

Uma questão relevante é o currículo na Educação de Jovens e Adultos quanto ao entendimento a respeito de quem são as pessoas a que ela se destina. Na perspectiva dominante, Educação de Jovens e Adultos é aquela que se volta para atividades educativas compensatórias, ou seja, para a escolarização de pessoas que não tiveram a oportunidade de acesso à escolarização regular prevista na legislação. Assim, a organização de um currículo adequado às necessidades, aos interesses e aos anseios da clientela se impõe.

O preconceito e/ou a ignorância levam os indivíduos a pensarem que os menos favorecidos não gostam de ler ou não querem ler. Gostam e querem, apenas isso se torna mais difícil em virtude do custo dos livros, seus poucos recursos indo para atividades básicas de sobrevivência.

Explora-se bem a linguagem, atraindo olhares cuidadosos (e curiosos) para que prestem atenção nas formas de dizer dos outros e as tragam para sua própria escrita, incorporando-as. É um lento processo, mas com resultados compensadores se houver preocupação sistemática e contínua. Se a percepção for um diferencial implícito nas atividades.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

É fundamental insistir em poesia; para os alunos, é “outro tipo de literatura”. Apesar de a apreciarem, sem muito contato com ela, não a “entendem”. A narrativa, ou o “discurso em linha reta”, no dizer deles, prende mais, os entretém, envolvendo-os por aguçar a curiosidade para o que vai acontecer. A poesia exige muito do leitor. A atenção à palavra implica uma série de procedimentos mentais que asseguram sua percepção, sua interlocução com aquele texto, mesmo apenas pelo prazer estético proporcionado, sem a total compreensão do conteúdo.

A preocupação com a linguagem escrita estende-se a outra questão complexa: a falta de cuidado ao se escolher o fragmento pinçado da obra completa. Há necessidade de critério para não se perder a unidade semântica e/ou estrutural. Caso se fragmentem inadequadamente os textos autorais, de tal forma que as características do gênero e da tipologia textual sejam desrespeitadas, sonogando ao aluno o conhecimento e a experiência dos mecanismos linguísticos que fazem do texto um todo organizado, ele se priva do contato direto com elementos constitutivos – e fundamentais – da textualidade e da linguagem escrita.

Selecionam-se os textos pelos seus temas e objetivos e não pelo nome do autor. Não serve qualquer texto de, por exemplo, Guimarães Rosa. A notoriedade e a consagração não garantem a receptividade.

Os alunos se posicionam, falando sobre a história, os personagens, a linguagem, as lembranças evocadas. Sobre o efeito daquela leitura sobre eles. O professor participa como elemento de ligação, costurando, articulando, incentivando, discretamente interferindo, para enriquecimento no que tange ao texto em sua materialização ou em inferências.

Devem-se acostumar ao texto literário e não se retraírem, sentindo-se despreparados para compreendê-lo, aproveitando a riqueza lúdica e cultural que oferece. Perceber que é um texto que não responde, mas interroga, cuja “pretensa” obscuridade misteriosa desafia a busca de sentido. Despertar para as leituras polissêmicas dos textos de literatura. Entender as múltiplas possibilidades da palavra literária. Sentir a liberdade do pensamento a que pode conduzir a literatura ao tratar de tudo o que diz respeito ao gênero humano: paixão, amor,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

amizade, ódio, (in)justiça, solidariedade etc. E, depois, aprender a dialogar com outros textos, contemporâneos ou passados, conterrâneos ou estrangeiros.

É oportuno relatar resumidamente uma atividade com *A casa de farinha* (1994), de Raquel de Queiroz. Numa das aulas no Santo Inácio, lemos em voz alta o texto, esclarecendo as dúvidas quanto ao vocabulário. Em seguida, pedimos que lessem silenciosamente. Na abordagem do texto houve posicionamentos em relação à linguagem e ao conteúdo, os alunos interagindo entre eles, até que determinada intervenção por si mesma justificou a seleção do fragmento. Um dos alunos se prontificou a desenhar no quadro a “casa de farinha”, já que, em sua cidade, no Ceará, havia trabalhado numa delas. O detalhamento do desenho com as explicações e os respectivos fins, nos deixaram perplexos, pois não fazíamos idéia do mecanismo completo. O rapaz foi sendo ajudado por outros com experiências semelhantes. Enfim, o texto literário inicial, uma “ficção”, transformou-se em realidade. Entendemos que o processo aliou literatura à vida, de forma natural, sem quaisquer artifícios.

Assim como a atividade mencionada trata de uma experiência vivida (grande parte dos alunos da EJA são nordestinos), é fundamental que os textos selecionados também lhes propiciem situações e percepções novas, que enriqueçam suas vidas, aumentando-lhes o leque de possibilidades estéticas.

No que diz respeito ao outro contexto por nós focalizado, o vestibular, via de regra, remete à idéia de um exame excludente. Isso acontece devido a funcionar como uma prova de inserção do egresso do ensino médio no ensino superior e o número de vagas, principalmente em instituições públicas, ser menor que o contingente de formandos da educação básica.

Urge considerar que o vestibular, desde a sua primeira realização, está diretamente ligado ao ensino secundarista, hoje ensino médio. Em 1911, criou-se um exame de avaliação, já que havia, pela primeira vez, mais candidatos que vagas na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Tal situação gerou a preocupação de o vestibular se transformar em um elemento de distorção dos objetivos do então ensino secundário, conforme Ribeiro Neto (1987).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A partir daí, o ensino secundarista/médio passou por várias modificações, o que também alterava o formato dos exames vestibulares. Muitas ocorriam por meio de decretos e leis educacionais. Em 1932, o ministro Francisco Campos consolidou as disposições sobre a organização do ensino secundário no Brasil, por meio do decreto 21.241. Na mesma época, o ministro explicitou, em livro publicado, que o ensino secundário era “um simples curso de passagem e um mero sistema de exames, destituído de virtudes educativas e reduzido às simples linhas essenciais de sua estrutura estreitamente pragmática e utilitária de instrumento de acesso aos cursos superiores” (1940, p. 47). Além disso, como relata Abaurre (1995), na década de 1950, houve uma busca crescente da classe média pelos cursos de nível superior, levando os pais a matricularem seus filhos em escolas particulares, que se organizaram de acordo com os conteúdos indicados pelos vestibulares e não mais de acordo com a necessidade de formação do indivíduo. Tal fato mostra que a visão do impacto negativo do vestibular não ocorre somente em nossos dias.

A relação entre ensino médio e vestibular, no entanto, pode ser vista de outra forma. A nossa proposta é indicar como o vestibular, por meio da literatura, contribui como fator de inclusão social. A revisão de metodologias de ensino, práticas escolares e análises de conteúdo têm sido bastante estudadas nos últimos anos, principalmente após o processo de abertura política por que passou o país na década de 1980.

O ensino da literatura na escola tradicionalmente estava ligado à mera periodização, levando, muitas vezes, o candidato a decorar nomes de obras e relacioná-las aos seus autores. Essa já não tem sido uma prática encontrada nos diversos exames de universidades do país. Com a publicação de inúmeros trabalhos acadêmicos, que discutem o ensino da literatura na escola, e dos Parâmetros Curriculares Nacionais e toda a posterior polêmica, vislumbramos a modificação dos programas de vestibulares, afetando positivamente o ensino, possibilitando a inclusão social dos alunos.

Considerando os vestibulares de 2007, em relação à prova de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira de duas das principais universidades públicas do Rio de Janeiro, UERJ (Universidade do Esta-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

do do Rio de Janeiro) e UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), nota-se a ampliação do processo literário ao seu contexto.

No manual do candidato (2007), a UFRJ expõe a necessidade de conhecer o processo literário brasileiro em conexão com a história e a cultura brasileira; o fenômeno literário brasileiro no quadro da cultura e da literatura internacional: a expressão literária das atitudes do homem em face do mundo; tradição e modernidade dos procedimentos cultos ou populares de expressão literária e do tratamento dado aos temas; classificação de textos em dada época literária em função de suas características temáticas e expressivas. Por outro lado, a UERJ (2007) explicita ao candidato que o estudo da literatura brasileira deve ocorrer em uma perspectiva de integração à área da leitura, o que requer o entendimento do papel do discurso literário na construção do imaginário dos leitores e na formação das identidades culturais.

As universidades informam, por meio de material específico, ao candidato, egresso do ensino médio, que a literatura brasileira deve ser encarada em seu contexto histórico e social, compreendendo-a como integrante da cultura brasileira, construtora de identidades culturais e formadora de cidadãos participantes dessa sociedade. Outro aspecto muito importante diz respeito à necessidade de sensibilização do leitor para o texto literário, o que transparece na escolha dos textos para as provas: em 2007, a UFRJ inseriu cinco textos literários dos seis existentes na prova; já na UERJ todos os quatro textos eram literários.

As instituições de ensino, ao veicularem material sobre o vestibular, deixam claro ao candidato qual a visão de literatura brasileira pretendida para um bom resultado da prova. Tal informação afeta diretamente o desenvolvimento do ensino, já que quase todas as escolas se organizam para preparar os alunos para o ingresso no ensino superior, ou seja, para o vestibular. Embora as bancas de vestibulares tenham como objetivo a seleção de candidatos para cursos de graduação, indiretamente afetam a prática mais tradicional de ensino, o que força as escolas, os professores e as editoras produtoras de livros didáticos a reformularem seus padrões.

O impacto dessa prática chega à maior parte da população, nas escolas públicas. Com a modificação da mentalidade dos profes-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

sores e da concepção do material didático disponível, já que hoje passa por avaliações do Programa Nacional do Livro Didático (PN-LD), o aluno agregará ao seu desempenho escolar, uma nova concepção de literatura brasileira, relacionada à sua contextualização no que diz respeito aos aspectos sociais, culturais e históricos. A atitude diante da literatura deixa de ser submissa à reprodução dos modelos existentes e acontece de forma criativa, permitindo que ele, leitor de literatura, construa seu próprio conhecimento, inserindo-se como personagem da história de seu país, convicto da sua plena cidadania.

Assim, a presença da literatura brasileira tanto no que diz respeito à Educação de Jovens e Adultos (EJA) quanto em relação ao vestibular se impõe como fator de inclusão social, possibilitando ao aluno construir e/ou reforçar sua identidade.

REFERÊNCIAS

ABAURRE, Maria Bernadete Marques. Vestibular discursivo da Unicamp: um espaço de interação entre a universidade e a escola. **In** *Ensaio*, nº 9, v. 3, out/dez 1995. Rio de Janeiro: Fundação CESGRANRIO.

CAMPOS, Francisco. *Educação e cultura*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1940.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de & PAIVA, Jane (orgs.). *Educação de jovens e adultos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. *Ler, refletir, expressar: uma proposta de ensino da Língua Portuguesa para a Educação de Jovens e Adultos (EJA)*. Projeto de Pesquisa Prociência-UERJ/FAPERJ, 2007.

QUEIROZ, Raquel de. A casa de farinha. **In**: *O caçador de tatu*. São Paulo: Siciliano, 1994.

RIBEIRO NETO, A. O vestibular ao longo do tempo: implicações e implicâncias. **In**: *Seminários vestibular hoje*. Brasília: MEC/SESU, 1987.

UERJ. Anexo VI: Conteúdos programáticos. **In**: UERJ. *Edital do vestibular estadual 2007: conteúdos programáticos (exame discursi-*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

vo). Disponível em

<http://www.vestibular.uerj.br/vest2007/files/ED2007AnexoVI.conteúdosProgramáticos.pdf>. Acesso em 15/02/2008.

UFRJ. Manual do candidato: concurso de acesso aos cursos de graduação 2007. Disponível em

http://www.vestibular.ufrj.br/Downloads/Concurso_2007_Manual.pdf. Acesso em 15/02/2008.